

Relatório

# Registo de descrição

Data relatório

2024-06-26

Registo

PT/UM-ADB/MON/MSCC - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

<b>Nível de descrição</b>	F
<b>Código de referência</b>	PT/UM-ADB/MON/MSCC
<b>Tipo de título</b>	Atribuído
<b>Título</b>	Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra
<b>Datas de produção</b>	1352 - 1753
<b>Dimensão e suporte</b>	7 u.i.; papel
<b>Entidade detentora</b>	Arquivo Distrital de Braga
<b>Produtor</b>	Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra
<b>História administrativa/biográfica/familiar</b>	<p>O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra era masculino, imediato à Sé Apostólica, pertencia aos Cónegos Regulares de Santo Agostinho e à Congregação de Santa Cruz de Coimbra da qual foi sede. Fundado pelo Arcebispo D. Telo em 1131 e habitado em 1132. Ampliado e enriquecido com bens, chegaria a ser o principal mosteiro do reino, com enorme influência na Instrução Superior, apagada apenas em 1834. O decreto de 30 de Maio de 1834, inserido na "Reforma geral eclesiástica" extinguiu todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas até à morte da última freira, data do encerramento definitivo.</p>
<b>História custodial e arquivística</b>	<p>Em 30 de maio de 1834 foi publicado o decreto que determinou a extinção das Ordens Religiosas, primeiro as masculinas e, depois, as femininas. No mesmo ano, formulou-se o regulamento de transferência dos bens destas ordens para a Fazenda Nacional. Por arrasto, também os cartórios monásticos foram nacionalizados pois neles se conservavam os títulos de posse e a documentação indispensável à administração dos referidos bens.</p> <p>Estas transferências não foram, na maioria dos casos, bem sucedidas, o que acarretou perdas irremediáveis, nalguns casos totais, no recheio de muitos destes cartórios. Como principais causas apontam-se o abandono a que muitos foram votados; os arrolamentos tardios; os incêndios; a apropriação por particulares; perdas durante o transporte e dádivas abusivas.</p> <p>Em 1917, com a criação do Arquivo Distrital de Braga, todos os documentos existentes nestas repartições foram transferidos para as suas instalações no edifício dos Congregados. Em 1936, ocorreu uma nova transferência, agora para o Paço Arquiepiscopal de D. José de Bragança, atuais instalações deste Arquivo, onde foram colocados no chamado Salão Paroquial.</p> <p>Em 1966, José Mattoso procedeu ao inventário da documentação relativa aos mosteiros beneditinos e em 1983 decidiu-se dar continuidade a este trabalho, inventariando os restantes fundos monásticos e que culminou com a publicação, em 1985, do Inventário do Fundo Monástico Conventual, pelo Arquivo Distrital de Braga.</p>
<b>Fonte imediata de aquisição ou transferência</b>	Documentação transferida em maio de 1917 da Repartição de Fazenda do Distrito.
<b>Âmbito e conteúdo</b>	O conjunto documental distribui-se pelas seguintes áreas e/ou tipologias documentais: indulgências e concessões papais, acórdãos, provisões, quindénios, hábitos e vestidos da congregação.
<b>Sistema de organização</b>	Ordenação temática e cronológica.
<b>Condições de acesso</b>	Acessível, exceto unidades em mau estado de conservação e restrições previstas no regime geral dos arquivos e lei do património cultural (Decreto-Lei nº16/93, de 23 de janeiro e Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).
<b>Idioma e escrita</b>	POR (Português)
<b>Instrumentos de pesquisa</b>	Archeevo: base de dados de descrição arquivística
<b>Unidades de descrição relacionadas</b>	Relação completiva: Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (PT/TT/MSCC).